



## MULHERES POBRES E BOLSA FAMÍLIA: DINHEIRO E AUTONOMIA<sup>1</sup>

### POOR WOMEN AND BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: MONEY AND AUTONOMY

Oneide Bobsin\*

#### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Devido à complexidade da pobreza e da transferência de renda – esta com tantas limitações – nossa resenha fará um recorte considerando as vozes de mulheres pobres e a percepção desta política governamental incrementada nos Governos Lula e Dilma, e que volta a partir de 2023.

Segundo a autora e o autor, “a experiência do Bolsa Família, que fornece um rendimento regular para a grande maioria das mulheres, é muito nova para a maior parte delas. Impacta-lhes a vida: contudo, continuam pobres e carentes de inúmeros direitos.”<sup>2</sup> Mesmo assim, a obra analisa e discute o papel libertário de tal renda.

A própria pesquisa empírica com mulheres pobres beneficiadas com esta política pública já acena para o caráter libertário: as mulheres são agentes de sua história ao protagonizarem por meio de suas falas, mesmo posteriormente transcritas. Por meio da renda monetária as mulheres se empoderaram, não obstante os paradoxos e ambiguidades presentes no programa de transferência de renda. Em outras palavras, o empoderamento é visto como relativo.

<sup>1</sup> Resenha da obra: REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\* Bacharel em Teologia (EST); Mestrado em Ciências da Religião e doutorado em Sociologia Política (PUC-SP). Professor de Ciências da Religião – Faculdades EST. E-mail: obobsin@est.edu.br

<sup>2</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 17.



A discussão teórica do primeiro capítulo se pergunta pelo lugar do pobre na Filosofia Política e na Teoria Crítica para a qual remetemos o leitor e a leitora, caso quiserem aprofundar a metodologia da pesquisa. Aqui cabe realçar o lugar das pessoas pobres em programas de transferência de renda. Via de regra, as políticas públicas são feitas para os pobres e não com os pobres. Segundo a autora e o autor, há uma humilhação dupla, que merece ser destacada aqui por ser recorrente: “A humilhação é dupla: por um lado, o indivíduo é silenciado, por outro, vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua.”<sup>3</sup> Na sequência o pesquisador e a pesquisadora falam de como os pobres são vistos pela classe média e pela própria mídia. São percebidos como “marginais”, “preguiçosos”, “vagabundos” e, por fim, são acusados de serem culpados pela sua situação. É importante, pois, que as pessoas pobres possam se tornar protagonistas de sua linguagem a respeito de sua situação. Ouvir as vozes faz parte deste processo, mas não só.

Nesta perspectiva, porém, a resenha não pretende se ater ao que os concidadãos pensam a respeito da pobreza, mas realçar “como as políticas públicas e a postura das instituições estatais perante os problemas ligados à pobreza e à miséria de ampla parcela da população”<sup>4</sup> se configuram.

O capítulo dois trata das bases teóricas que guiaram a formulação e a avaliação das entrevistas<sup>5</sup>. Entre os autores citados destacam-se Amartya Sen e Nussbann, além da teoria do dinheiro de Marx e Simmel, acrescidos de Richart Sennet, Pierre Bourdieu, Iris Marion Young, entre tantos outros e outras. Por exemplo, Sen e Simmel tratam da relação entre renda em dinheiro e autonomia, fator relevante para as mulheres entrevistadas.

Os conceitos humilhação, dignidade e autonomia, constituem um dos eixos conceituais do capítulo dois, entre outros que não vamos comentar. Sennett e Veca são retomados para conceituar os fenômenos de humilhação e vergonha:

A interiorização por parte do pobre da imagem negativa que a sociedade (ou parte dela) constrói dele. As pessoas humilhadas pela sociedade são levadas a

<sup>3</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 31.

<sup>4</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 36.

<sup>5</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 37.



pensar que merecem tal humilhação e que sua situação humilhante é consequência de uma falta por parte delas.<sup>6</sup>

A autora e o autor anunciam que esta condição será avaliada nos próximos capítulos tomando em consideração o Brasil, focando as mulheres pobres que recebem o Bolsa Família. Também o nexos entre Autonomia e Gênero será pauta dos próximos capítulos, destacando a relação entre renda monetária e autonomia cívica e política. Assim, as implicações para a cidadania das mulheres que recebem o Bolsa Família alcançam as pessoas no debate democrático, ampliando a liberdade diante da dominação política e do patriarcalismo.

### As Entrevistas

As epígrafes do capítulo três merecem ser citadas. A primeira é de dona Cássia, de Piri-Piri (PI), de julho de 2009, já que a pesquisa se desenrolou por vários anos, a equipe das entrevistas voltando mais de uma vez às casas das entrevistadas. Disse ela: “*Eu falo minha verdade.*” Ao lado do depoimento de dona Cássia é citado Guimarães Rosa, Grande Sertão, Veredas: “Falar com estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo. Mira veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre por arredar mais de si. Para isso é que muito se fala.”<sup>7</sup> A seguir vamos enfrentar a difícil tarefa de sintetizar um capítulo com inúmeros depoimentos contextualizados no interior de Estados do nordeste brasileiro. Tentaremos ouvir o que dizem as Cássias: “*Eu falo a minha verdade.*”

As entrevistas duraram às vezes meia hora, outras vezes noventa minutos e não faltaram depoimentos colhidos em casas pobres, sentados na cama do casal, que duraram a tarde toda. Não faltaram diálogos em voz baixa porque o marido estava na pequena casa, muito perto, talvez ouvindo as conversas. As entrevistas seguiram um roteiro bastante aberto, embora as questões fossem divididas em vários grupos. As questões iniciais diziam respeito à constituição do núcleo familiar. O segundo eixo considerava a forma como as mulheres, em maioria, usavam o dinheiro, já que eram titulares do cartão. Comentavam que se sentiam muito livres para administrar, ou como diziam, sentiam-se à vontade. O terceiro bloco de questões visava saber a percepção do

<sup>6</sup> SENNETT; VECA *apud* REGO; PINZANI, 2011, p. 48.

<sup>7</sup> ROSA *apud* REGO; PINZANI, 2011, p. 85.



programa e os efeitos em suas vidas, especialmente das mulheres. Em quarto lugar se perguntava pela atitude das mulheres diante da política e o exercício do direito ao voto. Antecipo um fragmento de um depoimento de uma mulher que se alegrou com a Vitória da presidente Dilma: *“Agora vamos ver como uma mulher administra o país.”*

Nas considerações preliminares das vozes das mulheres, o autor e autora fazem uma ressalva a respeito de um preconceito: “Nesse sentido, cabe salientar, contra uma opinião preconceituosa bastante difundida, que, entre 150 entrevistadas, somente duas afirmaram ter deixado de trabalhar para viver da bolsa.”<sup>8</sup> Outra ressalva importante diz respeito aos comentários das entrevistadas dizendo que mulher cuida melhor do dinheiro, ou seja, administra melhor por saber das necessidades das famílias. Nas entrevistas também se percebeu que “os companheiros usariam para beber”, se fossem titulares do cartão. No decorrer das entrevistas esta opinião foi relativizada. Outro dado relevante mostra que 75% das mulheres afirmaram que a bolsa é um favor do governo ou uma ação derivada do fato de o presidente Lula ter sido pobre e, portanto, “conhece melhor a situação dos pobres do que seus predecessores.”<sup>9</sup> Nesta perspectiva, poucas disseram que o Governo tem o dever de ajudar os pobres e apenas cinco usaram a palavra “direito”.

Diante das dificuldades de comentar os fragmentos das entrevistas, faremos uma relação em tópicos de depoimentos, a fim de suscitar o interesse da leitora e do leitor pelos depoimentos mais completos.

- “O Bolsa Família ajuda? É de grande ajuda. Gasto o dinheiro em comida.”
- Dona Benedita, 36 anos, vive numa casa com dez pessoas e trabalha. Recebe Bolsa Família devido ao grande número de pessoas em sua casa. Gostaria que seu marido e outros homens tivessem emprego com carteira assinada, para não depender do BF.
- Dona Cecília, 48 anos, mãe de dez filhos é perguntada pela situação de trabalho dos filhos. Quando não encontram “bicos”? “Ficam futurando!”
- Dona Dejanira fala sobre a independência da mulher com a titularidade do cartão: “Acho que ela fica mais independente quando trabalha.” Em relação ao cartão, diz que é pouco, sendo algo para hoje e não se sabe do amanhã. Além disso, se o marido não fumasse e bebesse, seria melhor.
- No sertão alagoano entrevistam um grupo de mulheres cercadas de crianças. Depois de falarem sobre as compras que o cartão permite, uma menciona que todas as crianças estavam na escola, uma exigência do BF.
- Tempos depois a equipe de pesquisa voltou à casa de Claudineide. Morava num novo casebre, mas em situação precária como antes. Está sofrendo de depressão e não consegue tratamento. Falam então das separações que aconteceram na vila. Claudineide responde: “Eu acho que a bolsa nos deu mais coragem.” Porém, fala que

<sup>8</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 87.

<sup>9</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 87.



- o seu marido não vai embora, porque a casa também é dele. Demonstra grande sofrimento. Era o Povoado da Cruz.
- Dona Madalena não quis falar das relações conjugais. Pediu às entrevistadoras que parassem de perguntar sobre este assunto, pois, deduziram que sofria com a violência doméstica. Além disso, naquele contexto, perceberam como ainda é forte o clientelismo político.
  - Luz para todos, programa do Governo Federal. Dona Graciela havia comprado um televisor. Agora presta nova entrevista. Gosta de ver futebol, Pica-pau, o Zorro e os Power Rangers. Perguntada sobre o BF em nome do marido, disse que ele iria beber cachaça.
  - Perguntando sobre o prefeito de Inhapi, as mulheres disseram: “Não tem serventia nenhuma, é invisível. E as crianças repetiam rindo. Ah! Ele é invisível.”
  - Numa das cidades do Vale do Jequitinhonha perguntaram a uma mãe cujo filho foi morto na porta da escola, sobre a mudança de vida. “Porque a gente tem mais liberdade no dinheiro”, disse dona Amália. “A gente pode comprar o que a gente quer, né?”
  - Dona Helena, solteira e mãe de quatro crianças responde: “sem o Bolsa Família a gente passava necessidade.” E acentuou que se o cartão estivesse na mão de homens, a maioria de cabeça fraca, ia para o boteco curtir.
  - Numa cidade do Piauí entrevistam uma mulher crente que diz que o dinheiro da bolsa não cala a boca de quem está passando necessidade. Em seguida diz que a bolsa é um dinheiro abençoado. “Mas não veio do Governo?”, perguntam as entrevistadoras. Responde: “É, foi o presidente, mas foi Deus que o colocou lá.”
  - Na cidade de Rosário, no Maranhão, a pesquisa continuou. Numa casa com quase dez pessoas, Sílvia, 28 anos, estava muito deprimida. A mãe entrou na conversa e arremeteu: “Só podia ser o Lula a fazer isto por nós. Por que só podia ser o Lula? Ah, dona, porque ele veio do feijão.”
  - Por fim, em Recife, uma das entrevistadas foi Dona Marina, 26 anos, casada, mãe de dois filhos, que deixou de ser empregada doméstica depois de receber o BF: “Prefiro mil vezes a bolsa a voltar a trabalhar em casa de família.” Também a entrevistada Marina, disse que adorava votar em mulher. Votou na Dilma, e por isto sente muito orgulho. “Agora vai ver como as mulheres são capazes!”

Como se pode ver, destacamos fragmentos de textos maiores colhidos na pesquisa, procurando um mínimo de contextualização e de representatividade das respostas, sem ignorar os paradoxos e ambiguidades e perceber, em muitos casos, a dimensão libertadora do dinheiro disponibilizado para mulheres pobres através de um programa do Governo Federal. Tendo como pano de fundo as entrevistas das mulheres pobres, titulares do cartão Bolsa Família, o trabalho que está sendo resenhado segue a pesquisa bibliográfica tratando, no capítulo quatro, a Pobreza como um conceito pluridimensional. Em epígrafe está a Constituição da República Federal do Brasil, de 1988, Artigo 3: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



Com este pano de fundo constitucional, ainda muito relevante, a pesquisa apresenta a pobreza nas suas características não econômicas, lembrando-se de Amartya Sen, segundo o qual a privação de capacidades é tão relevante como o baixo nível de renda<sup>10</sup>. Esta tese é desdobrada internacionalmente e chega ao Brasil, considerando entre outros aspectos fundamentais o fracasso do desenvolvimento economicista. O debate segue sobre a pobreza no Brasil e suas características fenomenológicas, que passamos a considerar em tópicos. 1. Falta de condições básicas para uma vida saudável; 2. Acesso nulo ou irregular à renda derivante de um trabalho regular; 3. Trabalho infantil; 4. Alta natalidade; 5. Acidentes; 6. Falta de crédito; 7. Invisibilidade e mudez; 8. Desigualdade interna nas famílias; 9. Vergonha; 10. Cultura da resignação; 11. Exclusão da cidadania. Tais características se conjugam entre si sem se reduzir a uma visão economicista.

O quinto e último capítulo, que trata do dinheiro e da autonomia, traz em epígrafe, um texto de um teórico e de uma mulher pobre. Destacamos o texto de Georg Simmel, teórico que infelizmente ficou à sombra de muitos outros. Diz ele: “Dentro de suas ataduras, o dinheiro concede uma liberdade completamente nova [...] Se a liberdade é independência da vontade de outros, em geral começa por ser independência da vontade de outros determinados.”<sup>11</sup> Abaixo desta citação está o depoimento, já citado anteriormente de Dona Amélia, de Pasmadinho: “*Por que a gente tem mais liberdade no dinheiro*”, referindo ao Bolsa Família.

Sob esta ótica, outros temas correlatos são tratados pela pesquisa que se tornou livro. A primeira referência trata-se do dinheiro e a autonomia individual, que ajuda a romper com a luta diária submetida à busca insegura da comida. As meditações de Fabiano, de Vidas Secas, relembram a obra de Graciliano Ramos. Também o tópico Família e dominação é bem considerado. “Para sermos mais concisos cabe lembrar um depoimento de Dona Neusa, à pergunta pelo dinheiro nas mãos dos homens: *‘É fatal! Os homens são sabidos. Porque a gente fica mais independente quando coloca (o cartão) no nome da pessoa mesmo’*.” Temas afins são analisados mostrando que pequenas brechas são possíveis na construção predeterminada da falta de escolhas,

<sup>10</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 147.

<sup>11</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 189.



como a vida de Fabiano<sup>12</sup>. O crédito, por exemplo, conjuga-se com autonomia e dignidade, além de possibilitar uma relação entre dinheiro e autonomia política.

Cabe, por fim, ressaltar que a autora e o autor da obra resenhada não se prendem a uma análise sem perguntarem pelo avanço de tal política, por parte do Estado. Sugerem uma renda básica universal, com maior abrangência, a fim de alcançar também os maridos destas mulheres, os que vivem de “bicos” ou estão desempregados. Seria uma política do Estado-nacional.

Concluimos com uma observação importante dos autores, Walquiria e Alessandro, da obra em apresentação: “No caso das mulheres, sua libertação da ditadura da miséria e do controle masculino familiar sobre os seus destinos lhes permitiria um mínimo de programação da própria vida, e, nessa medida, lhes possibilitaria o começo da autonomatização de sua vida moral.”<sup>13</sup> Portanto, estamos diante de um programa governamental que apresenta uma dimensão profundamente espiritual e ética. Por esta razão, acrescento, pois, por minha conta o texto sobre a partilha do pão e dos peixes feita por Jesus, no evangelho de Lucas 9.10-17. A partilha do pão multiplicado entre os famintos e as famintas é um imperativo decorrente do Reino de Deus para as pessoas cristãs, ou deveria ser. E, para a nossa sociedade um passo importante, fortalecendo a democracia, mesmo que burguesa!

**Recebido em:** 16 out. 2023.

**Aceito em:** 18 out. 2023.

<sup>12</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 196.

<sup>13</sup> REGO; PINZANI, 2011, p. 211.